

Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Competência
e Sintonia com os Novos Paradigmas do
Mercado

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-485-6 DOI 10.22533/at.ed.856191807 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins, Bianca Camargo. CDD 720
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que, a convite da Editora Atena, apresento a primeira edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado”. Esta edição, composta por 23 capítulos, apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e do urbanismo, como: arquitetura, planejamento urbano, tecnologia e preservação do patrimônio cultural.

Um dos temas amplamente discutidos aqui é a preservação da paisagem como patrimônio cultural. Desde 1992, quando a Unesco incluiu a paisagem cultural como bem passível de preservação, inúmeros estudos e pesquisas mostram a importância da discussão do tema no território nacional. Porém, a valorização e o fomento à proteção da paisagem como bem cultural ainda é um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas nacionais.

Assim, o foco do presente livro é mostrar a importância e a amplitude da discussão sobre o papel social da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas públicas ou privadas, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LIÇÕES DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO PARA A PESQUISA URBANA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL	
Linda Maria de Pontes Gondim	
DOI 10.22533/at.ed.8561918071	
CAPÍTULO 2	13
PORTO DO AÇU: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA IMPRESSA REGIONAL	
Dayanne Vieira Maia	
Rosélia Perissé da Silva Piquet	
DOI 10.22533/at.ed.8561918072	
CAPÍTULO 3	26
A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARINGÁ-PR: CONFLITOS E REPERCUSSÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Leonardo Cassimiro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.8561918073	
CAPÍTULO 4	42
AGRICULTURA URBANA: UMA FORMA DE INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL	
Talissa Fernanda Bussacro Serafin	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918074	
CAPÍTULO 5	53
O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918075	
CAPÍTULO 6	68
PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
Elizabeth Melo Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918076	
CAPÍTULO 7	79
METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918077	

CAPÍTULO 8	91
PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM SONORA HISTÓRICA: DOS SONS DO PASSADO NA IDENTIDADE DO PATRIMÔNIO	
Rodrigo de Almeida Spinelli Pinto	
Ernaní Simplício Machado	
Miriam Carla do Nascimento Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8561918078	
CAPÍTULO 9	101
FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DA PAISAGEM CULTURAL: METODOLOGIA APLICADA EM ITAGUAÇU – ES	
Amanda Guimarães Meneses	
DOI 10.22533/at.ed.8561918079	
CAPÍTULO 10	113
BUENOS AIRES E A HABITAÇÃO OBREIRA PERONISTA: <i>BARRIO 17 DE OCTUBRE</i>	
André Luis Rodrigues Bering	
Nara Helena Naumann Machado	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180710	
CAPÍTULO 11	125
PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Claudio Antonio Santos Lima Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.85619180711	
CAPÍTULO 12	137
A FERROVIA E SEUS CAMINHOS NO DESENVOLVIMENTO URBANO	
Adriana Cristina Gonçalves Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180712	
CAPÍTULO 13	149
A PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA NA DINÂMICA FABRIL DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.85619180713	
CAPÍTULO 14	162
INTERVENÇÕES URBANAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PAISAGEM CULTURAL RIBEIRINHA DA VILA ELESBÃO (AP)	
Luana Marques Vieira	
Guilherme Pantoja Alfaia	
Victor Guilherme C Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.85619180714	
CAPÍTULO 15	175
A PRESENÇA ESLAVA NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA ZONA DA MATA RONDONIENSE – BRASIL	
Janina Maria de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.85619180715	

CAPÍTULO 16	188
O BAIRRO POTI VELHO EM TERESINA-PI: PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL	
Mariana Monteiro Scabello	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
Marina Brito de Oliveira Marques	
Marjorie Brito de Oliveira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.85619180716	
CAPÍTULO 17	200
RUA DO HORTO: RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL	
Marília Jerônimo Costa	
Sarah Brandeburski Farias	
Gabiella Donato de Oliveira Lima	
Jussara Bióca de Medeiros Timótheo	
DOI 10.22533/at.ed.85619180717	
CAPÍTULO 18	213
VIA-PARQUE DAS GRAÇAS: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL	
Marcela Correia de Araujo Vasconcelos Zulim	
DOI 10.22533/at.ed.85619180718	
CAPÍTULO 19	224
DESENVOLVIMENTO DA PAISAGEM URBANA: RADIAL AVENIDA JOÃO PESSOA, PORTO ALEGRE – RS	
Cristiane dos Santos Bitencourt Schwingel	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180719	
CAPÍTULO 20	236
MUITO ALÉM DO EMBELEZAMENTO	
Raquel Silva dos Santos	
Ana Elisabete de Almeida Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.85619180720	
CAPÍTULO 21	250
CARTOGRAFIA SOCIAL DA PAISAGEM CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA - BA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO	
Luciana Almeida Santos	
Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85619180721	
CAPÍTULO 22	264
CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE MONUMENTOS CULTURAIS EM COLATINA	
Wellington Gomes da Silva	
Ana Lucia Reis Melo Fernandes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180722	

CAPÍTULO 23	278
CENTRO CULTURAL FILÉ DA BARRA: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER O PARA O BAIRRO DO PONTAL DA BARRA EM MACEIÓ – AL	
David Alves de Andrade Alexandre da Silva Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.85619180723	
CAPÍTULO 24	291
ANÁLISE ESPACIAL DE VISIBILIDADE APLICADA A GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL REMANESCENTE DOS CAMINHOS DE TROPAS NA REGIÃO DA COXILHA RICA, SANTA CATARINA	
Edenir Bagio Perin Adolfo Lino de Araújo Flavio Boscatto	
DOI 10.22533/at.ed.85619180724	
SOBRE A ORGANIZADORA	303
ÍNDICE REMISSIVO	304

O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA

Eder Donizeti da Silva

Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua Samuel de Oliveira, s/n. Campus de Laranjeiras, Sergipe
eder@infonet.com.br

Adriana Dantas Nogueira

Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Artes e Design
Campus Universitário, Jd. Rosa Elze, s/n. São Cristóvão, Sergipe
adnogueira@gmail.com

RESUMO: Este artigo traz aspectos importantes sobre como o homem, ao longo de sua história, “escolhe” o espaço onde se darão as trocas sociais, comerciais e culturais de sua sociedade, ou seja, quais condicionantes da paisagem física e de seus recursos naturais poderiam fornecer subsídios para a vida humana coletiva. Exemplos podem ser mencionados desde a Antiguidade, a partir do estudo do Livro de Vitruvius do sec. I a.C., passando pelo Tratado de Alberti, no período do Renascimento, com suas explicações sobre as características da paisagem e da geografia local que seriam essenciais na implantação de cidades. O artigo apresenta como ocorreram as variações de “grid” (malha urbana), a relação da configuração de traçado urbano com a topografia local.

Mencionados paradigmas para caracterização de cada período como os Higienista, Modernista, Historicista, Pós-modernista, dessa forma, alguns projetos urbano-paisagísticos internacionais são mencionados. No caso brasileiro, o resultado da análise revelou aspectos específicos em diferentes períodos históricos como: a) existências de implantações relacionadas ao “descobrimento” e a “penetração” para os interiores (cidades litorâneas, interioranas e intermediárias); b) repetição dos padrões portugueses de Lisboa para o assentamento das cidades brasileiras coloniais; c) total relacionamento com a topografia para assentamento das cidades resultando desenhos urbanos, em muitos casos, de sinuosidade em contraposição ao traçado xadrez dos espanhóis; d) relação com as transformações mundiais ocorridas a partir da Revolução Industrial e especialmente com os paradigmas; e) determinantes do meio-físico para a implantação das cidades planejadas no Brasil, como os casos de Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas.

PALAVRAS-CHAVE: Meio físico; Implantação; Cidade

1 | INTRODUÇÃO

Neste estudo inúmeras problemáticas decorrentes da escolha pela artificialidade e

pouco respeito ao meio-físico buscam demonstrar que a recuperação de conceitos teóricos/históricos/urbanísticos, da antiguidade até os dias atuais, sempre será útil nas lições do como equacionar os condicionantes da natureza ao projeto de implantação urbano-paisagística.

O tópico 1 e 2 trazem informações preciosas sobre como a geografia e a paisagem natural poderia contribuir para o assentamento humano. Em especial, o Livro de Marcus Vitruvius Polião, que foi um arquiteto romano do sec. I a.C., responsável pela obra “*De Architectura*” (10 volumes), contendo ensinamentos sobre Arquitetura, Hidráulica, Engenharia, e um influenciador para a construção de um outro tratado, tão importante quanto este, o “*De Re Aedificatoria*” (ano 1452), de Leon Batista Alberti, já no período do Renascimento, considerado como o primeiro grande tratado moderno de arquitetura.

Variações de traçados de malhas urbanas são apresentadas no tópico 3 deste artigo, com as principais características das relações entre a topografia, o urbano, o rural, mas não somente isso, pois há que se considerar também certas intervenções na paisagem e a percepção visual do que caminha nela.

O quarto tópico se refere a ampliação de potencialidades em relação ao projeto urbano-paisagística a partir da Revolução Industrial e suas consequências, provocando reformulações na paisagem de profundo impacto no dia a dia do cidadão. Atualmente, os períodos advindos desde então são denominados de paradigmas, cada um com o estabelecimento de formas de tratar a paisagem em contraposição/amalgama com a cidade.

Alguns exemplos de casos brasileiros são mencionados no tópico 5, buscando informações sobre como as cidades foram implantadas, quais condicionantes do meio físico foram destacados tanto para cidades de crescimento “espontâneo” quanto os exemplos das principais capitais planejadas.

2 | A IMPLANTAÇÃO DE CIDADES NA ANTIGUIDADE: O LIVRO DE VITRÚVIO E O EXEMPLO DE UMA CIDADE ROMANA.

Apesar de toda obscuridade que cerca o Tratado de Vitruvius e as interpretações continuas que se faz dele desde de 1583, procurando em alguns momentos restabelecer o texto original, sua teoria se mostra uma referência notável como ponto de partida a discussão de qualquer tema na arquitetura e urbanismo, uma vez que seus *Dez Livros* são identificados em alguns períodos como a origem da arquitetura (Katinsky, 1999, p. 09), mas longe de propor uma discussão sobre essa afirmação, está o fato de que os seus *Dez Livros* comentam grande parte das potencialidades e condicionantes do meio físico na propositura das ações edificáveis isoladas ou em conjuntos.

Um aspecto chave na teoria de Vitruvius diz respeito a racionalidade que viria embeber à vida das cidades e na fervorosa definição da busca do equilíbrio entre

o conhecimento prático e o conhecimento teórico, sendo necessário ao arquiteto o entendimento de muitas “habilitações”, habilitações essas, atualmente muito mais amplas do que há 2.000 anos atrás, apesar de muito bem representadas no renascimento na figura de Filippo Brunelleschi.

Os escritos de Vitruvius seguem um ordenamento que respeita o padrão dos manuais e tratados da antiguidade, no qual, basicamente a ordenação jurídica e legislativa, as referências a saúde, defesa e ataque das cidades corroboram para a definição de muitas das potencialidades e condicionantes referentes as intervenções sobre os espaços urbanos. Nesse roteiro chamam a atenção recomendações sobre a localização sadia das cidades e o abastecimento de água, especialmente no Livro Primeiro que discute as condições mínimas para o assentamento das cidades e suas defesas e o Livro Oitavo dedicado à Hidráulica e as fontes de água potável e sua condução, depósito e distribuição para a população.

Entre as questões de interesse, estão descritas no Livro Primeiro a **Eurritma** (aparência graciosa e o aspecto bem proporcionado dos elementos na composição); a **Proporção** (concordância dos elementos e relação de cada uma das partes); **Conveniência** (resulta da escolha do sítio, da observação dos costumes e da natureza do entorno). A Conveniência estabelece decisões de escolha da área, dos mananciais, da luz natural adequada pela manhã, da facilidade de encontrar materiais próprios a região. A resistência do solo é uma das preocupações de Vitruvius, uma vez que determinava o atributo por ele designado de solidez da obra.

A Planta de Mileto, organizada no século V a.C., por Hipódamo, quarteirões medem 30 x 52 metros, pode-se observar a disposição do arruamento com relação ao norte verificando alguns conceitos estabelecidos posteriormente nos estudos de Vitruvius. A Cidade de Mileto recebia o vento do Norte chamado Setentrião, observa-se que a malha é disposta de forma a impedir a formação dos corredores de vento pelas ruas. A mesma condição não é encontrada na disposição de uma cidade Romana de 150 d.C., na qual as ruas estão dispostas analogamente aos pontos cardeais e sobre as correntes de vento (Macaulay, 1989, p. 12).

Outros condicionantes de localização de partes funcionais da cidade referiam-se a religião, em que a cidade alta era dos deuses e dedicada aos templos mais importantes como o Pártenon, já a cidade baixa ficavam os locais dedicados a prefeitura (Buleutério), aos locais de jogos e treinos (Stoa), Odeons (Teatros) e templos dos deuses menores, o que relaciona a geografia com a determinação das potencialidades e condicionantes dos projetos. No Bairro do porto de Delos, por exemplo, há a implantação das construções de proprietários de menores recursos e comerciantes, uma vez que essa área era considerada de alta insalubridade, as casas dos pobres eram denominadas de insulas (Figura 1).

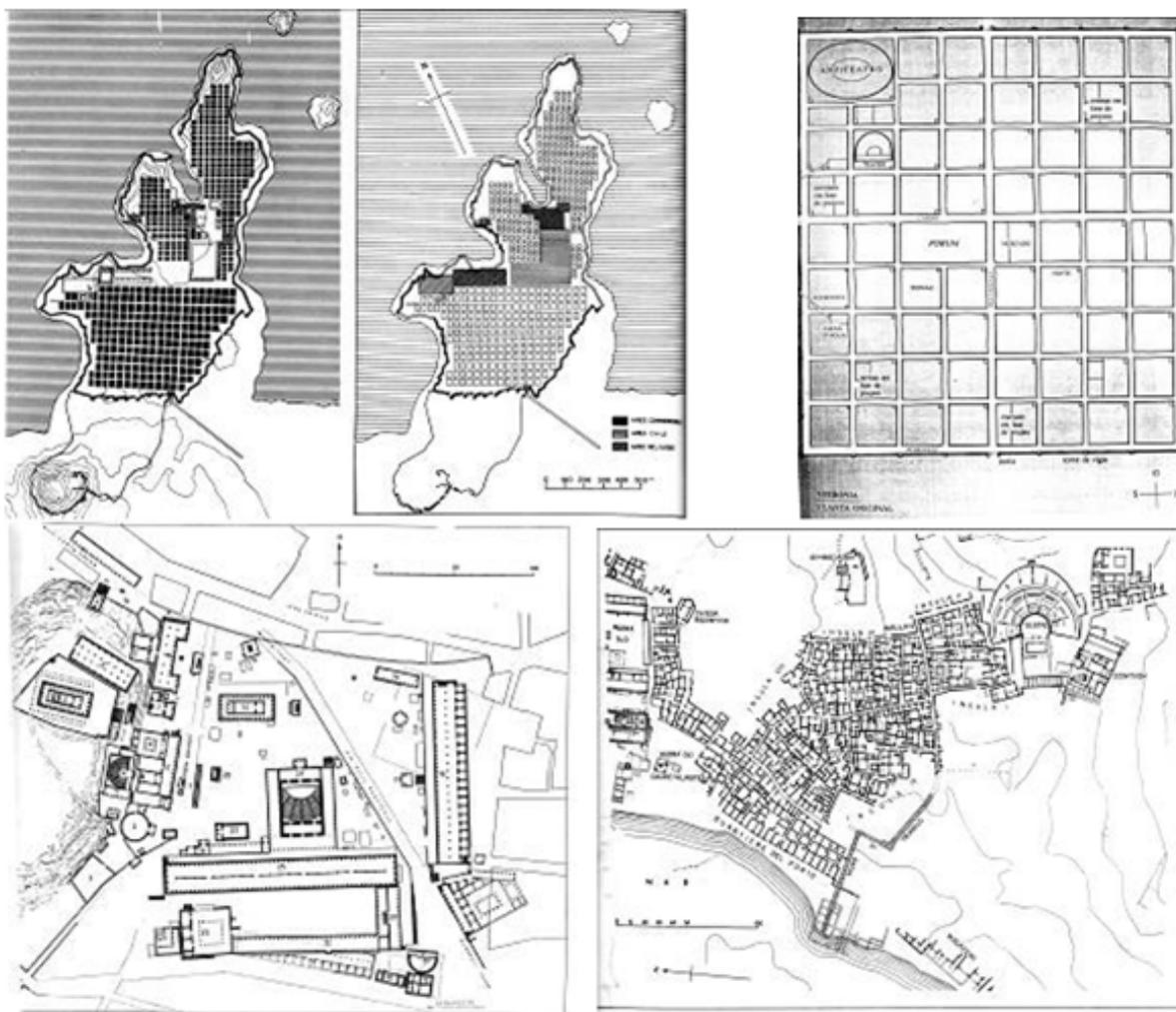


Figura 1- (acima a esquerda) – Planta de Mileto, organizada no século V a.C., por Hipódamo; (acima a direita) Cidade Romana de 150 d.C. Fonte: Benévolo, 1999, p.16; Macaulay, 1989, p.14. Abaixo: (a esquerda) - Planta da Ágora de Atenas na época romana; (a direita) Bairro do Porto de Delos. Fonte: Benévolo, 1999. p.103; p.105.

Em relação a implantação das cidades, Vitruvius determinava que a escolha deveria se dar em lugar salubérrimo, elevado, livre de neblina e de geadas e adotados os princípios das regiões do céu (causas dos fenômenos meteorológicos), além de evitar a vizinhança dos pântanos. Já as cidades à Beira-mar não eram saudáveis se voltadas para o sul e ocidente pois entorpeciam as pessoas com a variação do calor e frio, junto com o apodrecimento das frutas e estoque de alimentos. Vitruvius preocupava-se também com a umidade, ventos e brisas, e coloca que para se entender se os locais eram adequados à implantação das cidades deveriam ser observadas a natureza das aves, dos peixes e dos animais terrestres (Katinsky, 1999, p. 57).

A explicação de Vitruvius para a escolha da implantação das cidades recai na boa qualidade dos frutos locais que iram alimentar a sua população, além do favorecimento dos meios de transportes. A orientação das ruas e praças de forma conveniente depende dos pontos cardeais. Bem como a água e suas necessidades de uso é tratado por Vitruvius no Livro Oitavo (exemplo da meningite na cidade de Atenas no período de Péricles).

A água sempre foi um dos condicionantes de maior importância na escolha de locais possíveis a implantação de cidades, porque é extremamente necessária a vida, à recreação e ao uso cotidiano. Apesar de Vitruvius descrever no Livro Oitavo as técnicas para se encontrar água ele mesmo acentua que as águas coletadas das chuvas possuem virtudes ainda mais saudáveis e que as águas de acordo como as terras adquirem certos sabores, odores e cores (Katinsky, 1999, p. 180).

As águas tinham especial significado para os romanos, uma vez que a maioria das cidades só podiam ser implantadas sobre aquíferos, como o exemplo de Roma com suas fontes, Pompéia e Herculano, também se tem em Roma a disposição de vários jardins e aquedutos como o Jardim de Cesar, de Agripa, de Luculo, e os Aquedutos de Appia, Vestus, Márcia, Julia, Claudia, Traiana e outros.

3 | AS CONDIÇÕES MENSURADAS POR LEON BAPTISTA ALBERTI NO SEU TRATADO DE RE AEDIFICATÓRIA

O Tratado de Alberti é identificado como uma declaração poética à Arquitetura, tendo a atividade do arquiteto sido enquadrada na dimensão da cidade, que para Alberti não era apenas uma construção de pedras e tijolos, mas uma entidade histórico-política. A cidade deve ser interpretada, para ele, não se deveria buscar a distinção entre o útil e o belo. A cidade de Alberti já não é um espaço fechado e protegido como foi a cidade medieval. O tratado de Alberti foi escrito em Roma entre 1442 e 1452 (TEORIA da Arquitetura, 2006, p. 10). A relação com a Cúpula de Santa Maria das Flores de Brunelleschi pode ser percebida no rompimento da articulação tradicional entre teoria e prática. A diferença no Tratado de Alberti é que ele identifica a construção como um modificador do meio-físico e seu maior representante é a Cúpula de Brunelleschi, cúpula tão ampla que cobre todos os povos toscanos, o horizonte do espaço formado pelos morros, sua sombra é protetora, o centro espacial, o lugar, erguida sem sustentação e irradiador de todas as vistas (Figura 2).

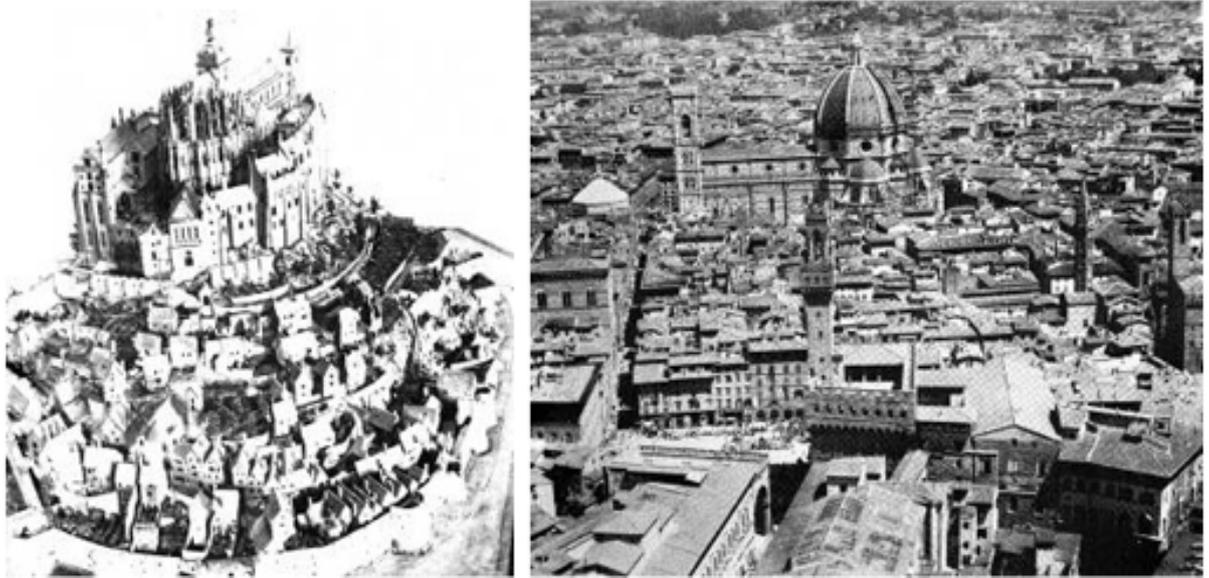


Figura 2- (a esquerda) Monte Saint Michel, característica de cidade medieval, e (a direita) a cidade de Florença, tendo ao centro da foto a Cúpula de Santa Maria das Flores. Fonte: Benévolo, 1999, p 363.

Todo o conhecimento de Alberti em relação a natureza é deduzido de fontes antigas, e na aplicação da teoria da perspectiva, na qual o edifício é o personagem principal do drama e na maneira como se passa do espaço natural para o espaço artificial. A *Re Aedificatória* conta com seis partes, mas especialmente a *Régio*, ou seja, o ambiente, ou o território que interessa a comunidade, o habitat, define-se pelos fatores naturais que a compõe: planície, montanha, rios, condições climáticas e que determinaram as outras questões. Como, por exemplo, os ângulos das cidades (linhas retas no urbano e orgânicas no campo) (Argan, 1999, p.145).

A construção geométrica da cidade é estritamente ligada ao *Régio*. As muralhas aproveitam as inclinações do terreno, as saliências, os recuos, os fluxos das águas, o ar e a luz. O Tratado *De Re Aedificatória* é um tratado de política, de construção da polis, da cidade ideal, desenhadas em um esquema geométrico e apoiada na conservação dos monumentos e documentos do passado, embasado nas potencialidades e condicionantes como a disciplina do curso do Tibre e no domínio do furor irracional da natureza.

4 | VARIAÇÕES DE “GRID” (DESENHOS URBANOS) E MEIO FÍSICO: RELAÇÕES DAS CIDADES COM A TOPOGRAFIA, RELAÇÃO DO RURAL COM O URBANO, SITUAÇÕES PITORESCAS, VARIAÇÕES DE RELACIONAMENTO

Existem dois desenhos básicos de cidades: o primeiro é a cidade criada, desenhada ou planejada e o segundo é a cidade espontânea ou gerada que pode ter a forma geométrica irregular e com espaços abertos definidos, contrário à planejada, que advém de um diagrama geométrico que pode ser ortogonal, radioconcêntrico,

ou outro polígono de padrão. Podemos ter a cidade seguindo a topografia local ou a brigar com ela.

A maior causalidade conhecida nos desenhos das cidades é a topografia, pois é visualmente fácil de ser verificada, pois os sítios e assentamentos urbanos respondem tão fortemente a escultura da terra que é impossível isolar a experiência urbana das formas geográficas. Na memória, o Rio de Janeiro é recheado de colinas, montanhas e baía, que tem sua forma condicionada a estes aspectos por toda a sua história.

Existem alguns tipos de desenhos urbanos para implantação de cidades que vem sendo utilizados pelo Homem ao longo de sua história e que a topografia tem exercido grande influência como: A- Assentamento Ribeirinho (os condicionantes relacionados com leitos de rios ou fluxos de água predeterminam um assentamento ao longo dos mesmos, as cidades sempre se estabeleceram mediante este conceito, identificando uma das maiores potencialidades em relação à implantação de projetos); B- Porto Natural (este meio-físico representa uma das maiores potencialidades e condicionantes para a implantação de cidades, no Brasil foi um grande norteador das implantações urbanas no período colonial, bem como, definiu a implantação de grandes cidades pelo mundo); C- Lugar de defesa (foi um dos maiores condicionantes da implantação de cidades até a contemporaneidade, era um dos maiores condicionadores da Antiguidade e da Idade Média); D- Cume Linear (representam um dos condicionantes de defesa); E- Cidade de Colina (foi muito usado desde a Antiguidade, exemplo como Tróia, Atenas), na história das cidades no Brasil figura com a determinação de Cidade Alta e Cidade Baixa, observada em Salvador (BA) e Natal (RN), bem como em Olinda (PE) e São Cristóvão (SE); F- Cidade nas encostas de colinas, escavadas ou em depressões (comuns no Oriente e em algumas cidades implantadas no interior de São Paulo) (Kostof, 1991, p.54).

Podemos definir condutas repetitivas em que existem paisagens naturais semelhantes, cidades com rios podem conhecer o fluxo do curso como responsável pelas vias ao longo de suas áreas, o mar provê algumas escolhas de desenhos, portos naturais sugerem a forma das ruas. Nas cidades antigas os muros de defesa seguiam o contorno saliente das colinas que refletiam as linhas e ruas de seu desenho. Cidades de colinas italianas representam a disputa entre o natural e o artificial e acabam por possuir desenhos com grande semelhança (Mumford, 2004, p. 67).

A origem de muitas cidades é simples, as terras para pastos são materializadas em ruas, estes assentamentos naturais se comportam como uma extensão das áreas rurais das quais tomaram de empréstimo seu desenho. Um dos exemplos de cidade moldada pela topografia está Machu Pichu, cidade Inca criou uma pousada para ela mesma nas alturas dos Andes que se traduz em uma espetacular paisagem urbana pitoresca.

A paisagem também recebe a possibilidade de leitura de suas potencialidades e condicionantes através de suas variações, ou seja, da percepção auferida pelo observador fruidor do conjunto de relacionamento entre o construído e construído, o

construído e o natural, o construído e o natural artificial. Dessa leitura nasceu a teoria da percepção (Cullen, 1983; Lynch, 1980; Kohlsdorf, 1996).

Podemos compreender a Teoria da percepção visual de uma maneira mais fácil quando se apresenta uma propriedade urbana denominada Visão Serial (Cullen, 1983, p.19), que é o percurso de um ponto a outro em um determinado caminho que revela uma sucessão de pontos de vista. O pedestre vai se deparando com uma série de contrastes súbitos que têm um grande impacto visual e possibilitam a apreensão do percurso e da paisagem.

Desta forma, compreende-se que as variações do desenho urbano frente ao que se pode chamar de “*crystalização de uma cidade*” (Mumford, 2004, p. 37) perpassam por formas e modelos ancestrais, destruições, reconstruções, transformações, apropriações, divisões urbanas de trabalho, etc., contudo, a partir do século XIX e especialmente início do XX, o projeto de implantação urbano-paisagística não pode ser compreendido apenas pela sua substância material, mas deve ser relacionável a forma de perceber, viver e fruir o espaço, na qual, esta simbiose de troca entre o homem e o meio físico adentram aos denominados paradigmas que estabeleceram novas ordens urbanas (Hall, 1998, p. 611).

5 | OS PARADIGMAS HIGIENISTA E SANITARISTA; MODERNISTA, HISTORICISTA, PÓS-MODERNISTA E OS PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA

Com a Revolução Industrial as potencialidades em relação a implantação urbano-paisagística foram ampliadas, uma vez que viver no meio urbano se tornou preferencial em contraposição ao meio rural. Esta situação acarretou formas diferentes de agenciamento do meio-físico, provocando em primeira análise problemas que foram estabelecidos como de ordem higienista e de embelezamento, depois de ordem tecnológica, desenvolvimentista econômico e físico chamado de modernista, depois em reação aos excessos dos anteriores surge o tradicionalista ou culturalista, chamado historicista e, por fim, o atual que inclui um pouco dos outros, conhecido como desenvolvimentista ou pós-modernista (Arruda, 1994).

Esses momentos paradigmáticos são compostos por pensamentos e teorias designadas como progressistas, culturalistas, sem modelo, tecnológica, antropológica e filosófica. Cada uma com seus pensadores e determinantes condizentes com as potencialidades e condicionantes do meio-físico para a implantação urbano-paisagística. Dentro do pensamento progressista destacam-se pontos que buscaram através do racionalismo e homem tipo, independente dos condicionantes e diferenças de lugares e tempos e do meio em si, propor projetos otimistas universalizantes, na qual o “verde” tem papel preponderante, com a distribuição por igual do ar, da luz e da água, e forte atribuição à estética visual e início e aplicação do pensamento dos

alojamentos padrões (Choay, 1997, p. 35).

O modelo culturalista é extraído de Ruskin e Morris e na cidade-jardim de Ebenezer Howard, apoiado na crítica ao desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade sob pressão da industrialização e apoiado no conceito de cultura e não de civilização. Deve formar um contraste sem ambiguidade com a natureza conservando-a, a favor da assimetria e da conservação das particularidades históricas da paisagem urbana; os padrões devem ser abolidos e os alojamentos devem ser coletivos.

O sem modelo coloca a impossibilidade de prever o planejamento futuro, ocorre uma grande preocupação com os alojamentos e da cidade-campo, e da supressão da diferença entre cidade e campo. O anti-urbanismo é marcado categoricamente nos EUA pela imagem da natureza intacta, a grande cidade recebe inúmeras críticas e buscasse um estado de restauração de vida rural.

Todos esses modelos tiveram como base pensadores que construíram sua cidade “ideal”, entre as ideias de maior importância estão as de Howard que estabelece um conceito de cidade irmã-campo (Cidade Jardim) com paisagens atraentes, bosques perfumados, ar fresco e murmúrio das águas (Choay, *op.cit.*, p. 220) e, a de Tony Garnier que estabelece entre os princípios de sua Cidade Industrial que a razão determinante seja a proximidade de matérias-primas, ou a existência de uma força natural suscetível a ser utilizada para o trabalho (Choay, *op.cit.*, p. 64). Estes modelos e todos os demais serviram de influência a todos os projetos de implantação urbano-paisagísticas a partir do século XIX, bem como inspiraram e multiplicaram propostas projetuais, como por exemplo, as de Le Corbusier e dos Modernistas no início do século XX (Figura 3).

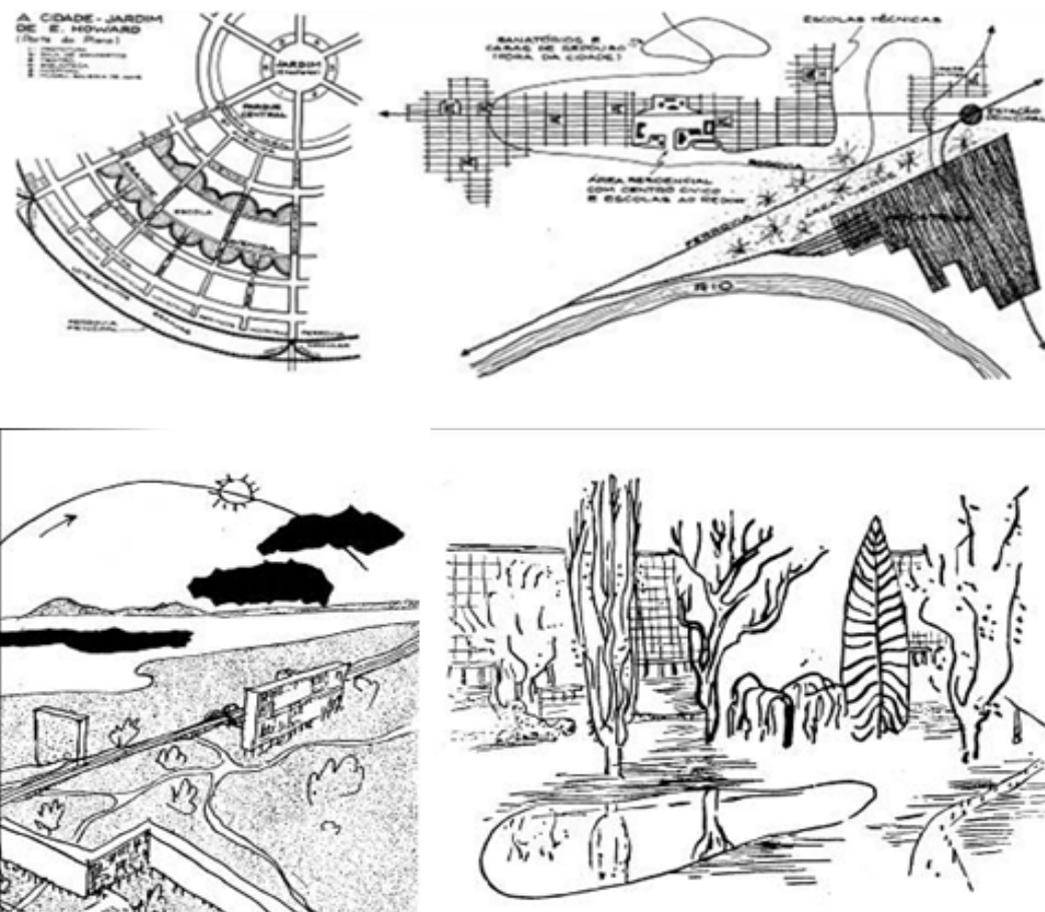


Figura 3- (acima a esquerda) Cidade jardim de Ebenezer Howard e (acima a direita) Cidade industrial de Tony Garnier. Fonte: Ferrari, 1988, p. 288-289. (Abaixo a esquerda) Desenhos de Le Corbusier: vários edifícios, espaçados no verde, que formam a cidade moderna, a paisagem da nova cidade, dominada pelo curso do sol. Os edifícios não deveriam combater a paisagem mas emoldura-la, acomodando-se ao meio-físico, expostas ao céu e ao verde. Fonte: BENEVOLO, op.cit., p. 633. (Abaixo a direita) a nova paisagem da cidade moderna, com o verde e as árvores em primeiro plano. Fonte: BENEVOLO, op.cit., p. 631.

No paradigma historicista, existiram projetos relacionados a “requalificação” de áreas históricas urbanas, essas ações foram divididas em intervencionistas e preservacionistas, tendo como embasamento teórico as Cartas e Recomendações Internacionais, como por exemplo: a Carta de Veneza, a Carta de Restauro da Itália; na maioria dos países foram desenvolvidos esses conceitos de projetos, que reuniram o ambiente natural ao ambiente cultural visando a produção de projetos de recuperação urbana a partir do reforço da identidade e memória dos moradores locais. No Brasil, destaca-se o Pelourinho em Salvador, o Centro Histórico de Recife e o Corredor Cultural do Rio de Janeiro (Sant’Anna, 2004, pp. 57-158).

Atualmente os projetos de implantação urbano-paisagística têm sido assentados no conceito de atratores, empregando o marketing urbano e políticas públicas, alguns desses exemplos são relacionáveis a sistemas de transportes urbanos, Praças e Parques Urbanos (centrais e periféricos), monumentos de arte, museus, entretenimentos, etc., voltados as vezes para a descentralização urbana e as vezes para o reforço de centralidades; entre inúmeros projetos destacam-se projetos para

“sanear-revitalizar-reconstruir” as cidades, para ampliar as potencialidades das cidades, para dar mobilidade as cidades e para reforçar a cultura das cidades.

Em relação a reconstrução de áreas urbanas podem ser citados os projetos em Berlim – *Potsdamer Platz*, realizado entre 1991 e 2000 de autoria de *Hilmer & Satller* e, em Lisboa – Reconstrução do Bairro do Chiado realizado entre 1988 e 2000 projeto urbanístico de Álvaro Siza após a devastação provocada por um grande incêndio; na ampliação e estratégia de crescimento da cidade o projeto do aeroporto de Kuala Lumpur inaugurado em 1998 e o Canary Wharf em Londres visando a reabilitação de edificações para uso misto de atividades para regenerar o leste e sudeste desta cidade; em Bilbao merece destaque o Metro e Centro de Conexão de Transportes de Abando que tem como foco a integração de antigas estações a novas estações; relativo a valoração das paisagens culturais destaca-se a revitalização da margem esquerda do Rio Sena em Paris e a renovação do bairro Del Raval em Barcelona (Powell, 2000).

6 | AS CIDADES BRASILEIRAS E SUA DEPENDÊNCIA DO MEIO-FÍSICO

Das potencialidades e condicionantes do meio-físico para as cidades brasileiras pode-se apreender algumas questões como: a) existências de três implantações relacionadas ao “descobrimento” e a “penetração” para os interiores (cidades litorâneas, interioranas e intermediárias); b) repetição dos padrões portugueses de Lisboa para o assentamento das cidades brasileiras coloniais; c) total relacionamento com a topografia para no assentamento das cidades resultando um desenho em muitos casos de sinuosidade em contraposição ao traçado xadrez dos espanhóis; d) relação com as transformações mundiais ocorridas a partir da revolução industrial e especialmente com os paradigmas; e) determinantes do meio-físico para a implantação das cidades planejadas no Brasil.

Os itens a), b) e c) acima descritos são demonstrados pela implantação de cidades como Rio de Janeiro, Salvador (Coletânea, 1998, p. 48), de traçado semelhante a Lisboa anterior ao terremoto de 1755; outros exemplos: cidades de natureza portuária e defensiva como Feliz Lusitânia (Belém) e Frederica (João Pessoa); cidades interioranas já no século XVIII, como Vila Rica (Ouro Preto), referentes ao ciclo econômico aurífero no Brasil.

As características das Baías demonstraram locais topográficos excelentes para a implantação de cidades, uma vez que, os portugueses não dispunham de um exército numeroso, usando, portanto, a geografia e a engenharia militar para suplantar a dificuldade de defender um império que ia deste as Américas até a Ásia. Outro estabelecimento da escolha se dava por esses locais oferecerem pontos ideais de navegação e atracação de navios, favorecendo as rotas comerciais estabelecidos pelas Cartas Náuticas. Esses aspectos, no Brasil, podem ser observados, no Rio de

Janeiro, Salvador, Pernambuco, Paraíba, Pará e na maioria das cidades costeiras nacionais.

Além das características relacionáveis às cidades litorâneas, a implantação de cidades no Brasil se caracterizou pelos elementos geográficos do interior e das zonas intermediárias entre o litoral e o Sertão. As cidades do interior se caracterizaram por terem sua implantação condicionada aos Rios, Riachos e claro a extração de ouro de aluvião (Minas Gerais), as intermediárias tiveram sua implantação determinadas pelo assentamento em Colinas, como São Cristóvão, em Sergipe, na qual a produção do açúcar predominava.

A partir de 1750, o controle político do Império Português recaiu sobre Sebastião José de Carvalho e Melo o Marques de Pombal que instituiu para o Brasil um plano de aumentar a quantidade de Vilas no interior aproveitando ao máximo as potencialidades dos territórios, estas ações tiveram as regiões do Pará e Amazonas como alvos estratégicos de expansão e controle importantes (Delson, 1997, pp. 51-52); nestas missões enviadas pelo governo português destacou-se o engenheiro militar e cartografo Felipe Strum que orienta a malha urbana de seus projetos de forma cuidadosa, no entanto, mesmo esse cuidado demonstrado no posicionamento da área central das vilas ainda estará condicionada ao meio físico, em especial as proximidades dos rios.

Apartir da metade do século XIX e início do XX as cidades brasileiras adequaram os condicionantes e potencialidades aos paradigmas gerados pela Revolução Industrial, no qual o embelezamento das áreas urbanas brasileiras tiveram sua principal manifestação no Rio de Janeiro de Pereira Passos (Rezende *apud* Leme, 1999, p. 39); contudo, alterações mais complexas de implantação foram empreendidas, especialmente, em representações denominadas de cidades planejadas como Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas (Leme, 1999), em que os aspectos do meio-físico nem sempre ou quase nada foram respeitados, uma vez que o domínio das transformações artificiais promovidas pelos paradigmas suplantou na maioria das vezes as dificuldades impostas pela topografia, clima, ventos, vegetação e os demais condicionantes do meio-físico, embora os resultados, na maioria das vezes, proporcionado por esse desrespeito não tenham sido os melhores, essas cidades demonstram, de certa forma, um paradoxo da vitória e derrota do *Dominus Artificiales*.

Alguns exemplos de desenhos urbanos de implantação no meio-físico das cidades brasileiras coloniais nos primeiros trezentos anos e planejadas como capitais, Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas podem ser apreciados na Figura 4.

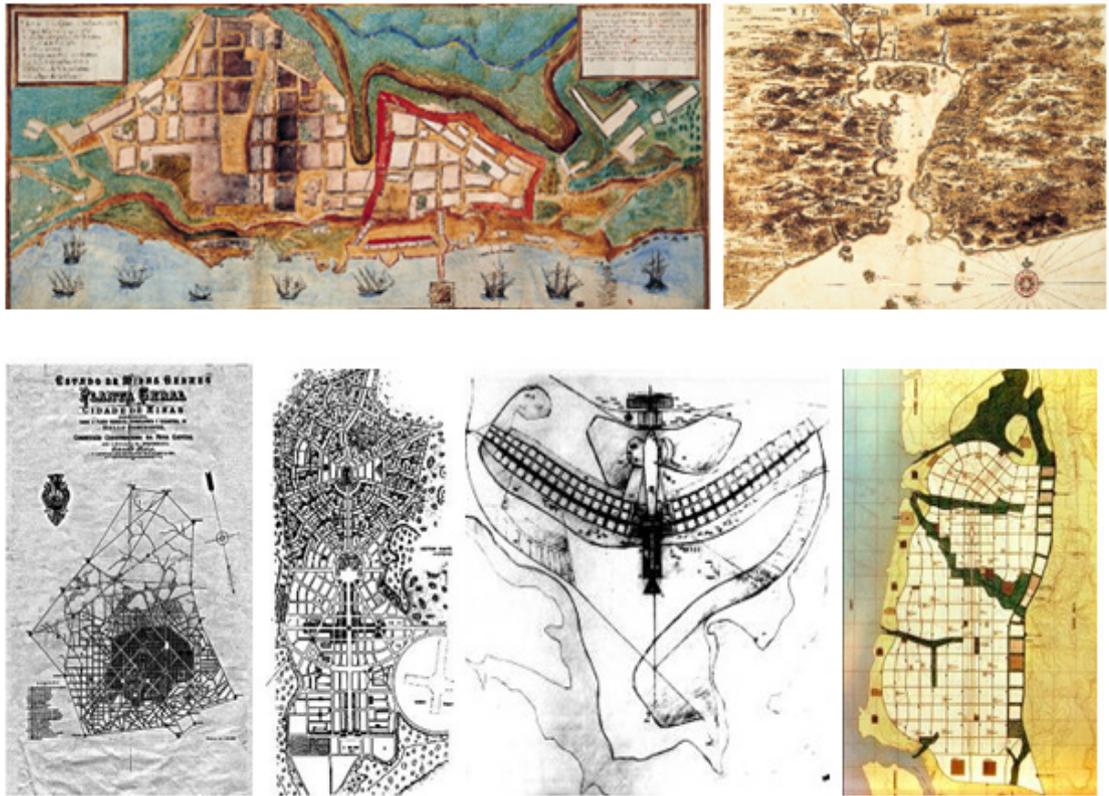


Figura 4- (Acima à esquerda) Salvador - ca. 1605 (ca. 1626). “Planta da cidade do Salvador/ na Bahia de Todos os Santos”. Autor: João Teixeira Albarnaz I. fonte: Original manuscrito, que integra o “Livro que dá Razão do Estado do Brasil” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, de autoria de Diogo de Campos Moreno (MORENO - 1626). Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2001. (cd rom). (Acima à direita) São Sebastião do Rio de Janeiro - ca. 1660 “RIO DE JANEIRO”. Autor: Johannes Vingboons. Fonte: Detalhe do original manuscrito que integra o atlas de Johannes Vingboons, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife. O desenho referente ao Rio de Janeiro mostra a cidade de forma semelhante ao atlas de João Teixeira de 1640, ainda com número limitado de habitações. Mas, diferentemente dos demais, detalha um casario adensado na área do Morro do Castelo, ao redor da fortaleza. Registra na Cidade Baixa casas ao longo da praia. REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2001. (cd rom). (Abaixo da esquerda para a direita) Planta Geral da Cidade de Belo Horizonte, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis (1895); Plano de Armando de Godoy em substituição ao de Atílio Correia Lima para Goiânia, inaugurada em 1933; Plano Piloto de Brasília, cidade inaugura em 1960; Projeto da cidade de Palmas, inaugurada em 1990. Fonte: Leme, 1999, pp.224,229,231 e **Revista Projeto**. Edição especial, número 146. São Paulo, 1991.p. 94.

Essas quatro cidades brasileiras, capitais planejadas, oferecem uma postura em relação ao meio-físico de forma igualitária, uma vez que seus desenhos tentam se adequar/impor ao terreno, um dos aspectos mais interessantes é a participação do projeto paisagístico de Brasília de um dos maiores arquitetos relacionados a esta área, Burle Marx, em que se destaca sua preocupação sempre presente com a utilização da flora autóctone da região. Contudo, inúmeras problemáticas decorrentes da escolha pela artificialidade e pouco respeito ao meio-físico fizeram demonstrar que a inspiração em conceitos já utilizados desde a Antiguidade chegando até os dias atuais sempre será útil nas lições de como equacionar as potencialidades e os condicionantes do meio-físico ao projeto de implantação urbano-paisagística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre um desafio o envolvimento na pesquisa sobre o modo de como o homem vive, em especial como ocorre a definição de suas trocas sociais, a partir da concentração de pessoas criando uma comunidade de interesses comuns. Este artigo explora o que faz com que o homem escolha certos padrões de moradia e construção de sua espacialidade social.

Os exemplos aqui apresentados servem para ilustrar os condicionantes que existiram, e ainda existem, para a implantação de malhas urbanas, sejam elas de diferentes padrões e adaptação ao meio-físico. Importantes personagens foram mencionados como Vitruvius, Alberti, que se dedicaram a estudar as características da paisagem urbana e da geografia para a implantação desses assentamentos humanos.

A configuração do traçado urbano tem sido bastante diversificada, incluindo pensadores de cidades, como Ebenezer Howard e Tony Garnier, sem deixar de lembrar Le Corbusier e as cidades brasileiras, e suas características de traçado urbano.

O percurso histórico analisado revelou aspectos relevantes aos condicionantes do meio físico sobre o projeto de implantação urbano-paisagística como: a) existências de três tipos de implantações relacionadas ao “descobrimento” e a “penetração” para os interiores (cidades litorâneas, interioranas e intermediárias); b) repetição dos padrões portugueses de Lisboa para o assentamento das cidades brasileiras coloniais; c) total relacionamento com a topografia para assentamento das cidades resultando desenho urbanos, em muitos casos, de sinuosidade em contraposição ao traçado xadrez dos espanhóis; d) relação com as transformações mundiais ocorridas a partir da revolução industrial e especialmente com os paradigmas; e) determinantes do meio-físico para a implantação das cidades planejadas no Brasil, como os casos de Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas.

Como consideração final, o que se tem visto, pode ser determinado pela vitória do *Dominus Artificiales*, no entanto, este mesmo domínio do artificial sobre o natural tem cobrado um alto preço a população destes assentamentos humanos estabelecidos nos últimos séculos, o que nos faz ao mínimo refletir sobre as lições dos antigos teóricos de arquitetura e urbanismo e importância do respeito ao *O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO- PAISAGÍSTICA*.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico Anticlássico: O Renascimento de Brunelleschi a Bruegel**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Revolução Industrial**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

Coletânea de Estudos. Universo Urbanístico Português, 1415-1822/ Helder Carita (Coord.); Renata Araujo (Coord). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia.** Brasília: Alva-Ciord, 1997.

FERRARI, Celson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado: urbanismo.** 6 ed. São Paulo: Pioneira, 1988.

HALL, Peter. **CITIES IN CIVILIZATION: Culture, Innovation, and Urban Order.** London: Weidenfeld & Nicolson, 1998.

KATINSKY, Roberto. **Vitrúvio da Arquitetura.** São Paulo: Hucitec, Fundação para a pesquisa ambiental, 1999.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade.** Brasília: Editora UNB, 1996.

KOSTOF, Spiro. **The City Shaped: urban patterns and meanings through history.** London: Thames & Hudson Ltda, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). **Urbanismo no Brasil – 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MACAULAY, David. **Construção de uma Cidade Romana.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.** 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

POWELL, Kenneth. **La transformación de la ciudad: 25 proyectos internacionales de arquitectura urbana a principios del siglo XXI.** Barcelona: Leopold BLUME, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: EDUSP, 2001. (cd rom).

Revista Projeto. Edição especial, número 146. São Paulo, 1991.

SANT'ANNA, Marcia. **A CIDADE-ATRAÇÃO.** A norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. Salvador: 2004. (Tese de Doutorado). pp. 57 a 168.

TEORIA da Arquitetura: DO RENASCIMENTO ATÉ AOS NOSSOS DIAS. London: TASCHEN, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura urbana: 47, 49, 50, 51

Ambiente: 50, 74, 77, 79, 111, 129, 134, 196, 197

Análise de Conteúdo: 13

Arquitetura: 2, 5, 38, 53, 54, 57, 65, 66, 68, 79, 91, 113, 118, 120, 125, 133, 137, 146, 168, 173, 185, 188, 200, 210, 224, 233, 234, 236, 240, 247, 261, 266, 267, 278, 301, 303

C

Cartografia Social: 250, 251, 254, 259, 260, 262

Centro cultural: 289

Cultura: 33, 77, 99, 102, 103, 127, 151, 173, 189, 197, 253, 261, 262, 266, 269

E

Espaços Públicos: 162

Etnografia: 96, 99

I

Identidade: 91, 196, 250, 251, 275

M

Mapeamento Participativo: 250, 255

Monumentos Culturais: 264

N

Natureza: 68, 74, 130, 211, 218, 300

P

Paisagem: 7, 8, 9, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 113, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 146, 149, 150, 160, 162, 165, 172, 173, 175, 185, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 203, 205, 208, 210, 211, 224, 237, 250, 251, 253, 254, 257, 258, 259, 261, 262, 291, 292, 300, 304

Paisagismo: 304

Patrimônio Cultural: 75, 102, 103, 133, 154, 210, 253, 260, 262, 269, 270, 275, 303, 304

Pesquisa urbana: 304

Planejamento: 23, 65, 79, 89, 146, 149, 160, 213, 250, 251, 262, 303, 304

Política habitacional: 113, 304

Políticas Públicas: 197, 304

Projeto arquitetônico: 304

Proteção urbana: 304

S

Sustentabilidade: 50, 304

T

Território: 79, 250, 251, 304

U

Urbanismo: 2, 5, 38, 53, 65, 68, 79, 91, 113, 120, 125, 137, 146, 159, 168, 173, 188, 200, 224, 233, 236, 261, 266, 267, 278, 281, 290, 303, 304

Urbano: 10, 24, 58, 59, 89, 139, 146, 147, 210, 213, 227, 228, 304

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-485-6

